

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ANGELINA

Lei Nº 860/2001

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de ANGELINA para o
Exercício de 2002.

Do Orçamento do Município

Artigo 1º O Orçamento Geral do Município de ANGELINA para o exercício de 2002 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 3.903.700,00 (três milhões novecentos três mil setecentos reais), sendo R\$ 3.450.000,00 (tres milhoes quatrocentos e cinqüenta mil reais) do Orcamento Fiscal e R\$ 453.700,00 (quatrocentos e cinqüenta e três mil e setecentos reais) do Orcamento da Seguridade Social.

Artigo 2º O Orcamento da Prefeitura para o exercicio de 2002 estima a Receita em R\$ 3.450.000,00 (tres milhoes quatrocentos e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa para a Camara Municipal em 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), em 3.313.000,00 (tres milhoes trezentos e treze mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º A Receita da Prefeitura sera realizada mediante a arrecadacao de tributos, a rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislacao em vigor, discriminada os quadros anexos com o seguinte desdobramento.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

1. RECEITAS CORRENTES	2.491.500,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA	170.000,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.400,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00
1.4. RECEITA AGROPECUARIA	10.000,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS	12.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.250.100,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	958.500,00
2.1. OPERACOES DE CREDITO	100.000,00
2.2. ALIENACAO DE BENS	60.000,00
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	798.500,00
SOMA :	3.450.000,00
TOTAL :	3.450.000,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura sera realizada segundo a apresentacao dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificacao institucional, funcional-programatica e natureza, distribuidas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICACAO INSTITUCIONAL

01 - CAMARA DE VEREADORES	137.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	110.500,00
03 - SECRETARIA DE	219.900,00
04 - SECRETARIA DE EDUCACAO	879.700,00
05 - SECRETARIA DE SAUDE E	417.900,00
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES	937.000,00
07 - SECRETARIA AGRIC. MEIO	405.600,00
08 - ENCARGOS GERAIS	264.400,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	78.000,00
SOMA:	3.450.000,00
TOTAL:	3.450.000,00

II - CLASSIFICACAO POR FUNCAO

01 - Legislativa	137.000,00
04 - Administracao	330.400,00
08 - Assistencia Social	145.600,00
10 - Saude	233.300,00
12 - Educacao	674.700,00
13 - Cultura	80.000,00
15 - Urbanismo	177.000,00
16 - Habitacao	113.000,00
17 - Saneamento	71.000,00
20 - Agricultura	390.600,00
23 - Comercio e Servicos	10.000,00
24 - Comunicacoes	9.000,00
26 - Transporte	643.000,00
27 - Desporto e Lazer	93.000,00
28 - Encargos Especiais	264.400,00
99 - Reserva de Contingencia	78.000,00
SOMA:	3.450.000,00

III - CLASSIFICACAO POR PROGRAMA

0000 - OPERACOES ESPECIAIS	239.400,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	137.000,00
0002 - GESTAO ADMINISTRATIVA	110.500,00
0003 - ADMINISTRACAO	219.900,00
0004 - TODA CRIANCA NA ESCOLA	786.700,00
0005 - ESPORTE E VIDA	93.000,00
0006 - MAIS SAUDE	270.300,00
0007 - SANEAMENTO BASICO	51.000,00
0008 - CAPTACAO DE AGUA	20.000,00
0009 - ASSISTENCIA SOCIAL	76.600,00
0010 - RETRANSMISSAO DOS	9.000,00

0011	-	MORAR MELHOR	113.000,00
0012	-	SERVICOS DE UTILIDADE	77.000,00
0013	-	ESTRADAS VICINAIS	578.000,00
0014	-	URBANIZACAO DE VIAS	100.000,00
0015	-	TERMINAL RODOVIARIO	60.000,00
0016	-	PEQUENO PRODUTOR RURAL	390.600,00
0017	-	ANGELINA TURISMO	15.000,00
0018	-	ENCARGOS GERAIS	25.000,00
9999	-	RESERVA DE CONTINGENCIA	78.000,00

SOMA: 3.450.000,00

IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.041.000,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL ENCARGOS SOC.	1.098.500,00
3.2.00.00.00.00 - JUROS ENCA. DIVIDA	46.000,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESP.CORRENTES	896.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.331.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	1.242.000,00
4.5.00.00.00.00 - INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00
4.6.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DIVIDA	84.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva CONTINGENCIA	78.000,00

SOMA: 3.450.000,00

Do Orcamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA

Artigo 3º O Orcamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA para o exercicio de 2002 estima a Receita em R\$ 219.200,00 (duzentos e dezenove mil duzentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 219.200,00 (duzentos e dezenove mil duzentos reais).

§ 1º A Receita sera realizada mediante Transferencias Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadacao de Rendas, - Transferencias de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislacao em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	219.200,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA	2.200,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	215.000,00
SOMA :	219.200,00

TOTAL : 219.200,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA sera realizada segundo a apresentacao dos anexos

integrantes desta Lei, obedecendo a classificacao institucional, funcional-programatica e natureza, distribuidas da seguinte forma:

II - CLASSIFICACAO POR FUNCAO

10 - Saude	206.000,00
99 - Reserva de Contingencia	13.200,00
SOMA:	219.200,00

IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	196.000,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL ENC. SOCIAIS	128.000,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESP.CORRENTES	68.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	10.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva Contingencia	13.200,00
SOMA:	219.200,00

Do Orcamento do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL ANGELINA

Artigo 4º O Orcamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL ANGELINA para o exercicio de 2002 estima a Receita em R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

§ 1º A Receita sera realizada mediante Transferencias Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadacao de Rendas, Transferencias de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislacao em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	44.000,00
1.1 RECEITA TRIBUTARIA	1.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	42.000,00
SOMA :	44.000,00
TOTAL :	44.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL ANGELINA sera realizada segundo a apresentacao dos anexos - integrantes desta Lei, obedecendo a classificacao institucional, funcional-programatica e natureza,

distribuidas da seguinte forma:

II - CLASSIFICACAO POR FUNCAO

08 - Assistencia Social	5.700,00
12 - Educacao	37.200,00
99 - Reserva de Contingencia	1.100,00
SOMA:	44.000,00

IV - CLASSIFICACAO

DESPESAS CORRENTES	42.900,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS	42.900,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de	1.100,00
SOMA:	44.000,00

Do Orcamento do(a) INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV.
PUBLICOS ANGELINA

Artigo 5º O Orcamento da entidade INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA para o exercicio de 2002 estima a Receita em R\$ 190.500,00 (cento e noventa mil quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 190.500,00 (cento e noventa mil quinhentos reais).

§ 1º A Receita sera realizada mediante Transferencias Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadacao de Rendas, Transferencias de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislacao em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	190.500,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUICOES	160.500,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00
SOMA :	190.500,00
TOTAL :	190.500,00

§ 2º A Despesa da entidade INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA sera realizada segundo a apresentacao dos

anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificacao institucional, funcional-programatica e natureza, distribuidas da seguinte forma:

II CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdencia Social	28.000,00
99 - Reserva de Contingencia	162.500,00
SOMA:	190.500,00

IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	26.000,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL ENC. SOCIAIS	6.000,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESP.CORRENTES	20.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	2.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contigência	162.500,00
SOMA:	190.500,00

Artigo 6º Os recursos da Reserva de Contingencia sao destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intemperies, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superavit orcamentario e para obtencao de resultado primario positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL ANGELINA

99 - Reserva de Contingencia	1.100,00
TOTAL	1.100,00

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

99 - RESERVA DE CONTINGENCIA P/PASSIVOS	2.000,00
TOTAL	2.000,00

UNIDADE GESTORA : INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBL.

03 - Outros Riscos e Eventos Fiscais Impr.	5.000,00
01 - Passivos Contingentes	10.000,00
TOTAL:	15.000,00

UNIDADE GESTORA : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA

99 - Reserva de Contingencia	13.200,00
TOTAL:	13.200,00

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

99 - Reserva de contin intempéries	15.000,00
------------------------------------	-----------

99 - Reserva de contin. p/res. primario.	30.000,00
99 - Reserva Contin. Outros Riscos Event	31.000,00
TOTAL:	76.000,00

UNIDADE GESTORA : INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBL.	
99 - Reserva de Contingencia	147.500,00
TOTAL:	147.500,00

§ 1º A utilizacao dos recursos de Reserva de Contingencia sera feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutencao dos servicos de competencia de cada uma das unidades gestoras nao orcados ou orcados a menor.

§ 3º Nao se efetivando ate o dia 10/12/2002 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intemperies previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderao ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orcamento para 2003 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotacoes de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operacoes especiais.

Artigo 8º O Executivo esta autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal no 4320/64, a abrir creditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orcamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provavel excesso de arrecadacao, observada a tendencia do exercicio.
observada a tendencia do exercicio.

II - a anulacao de saldos de dotacoes orcamentarias desde que nao comprometidas.

III - superavit financeiro do exercicio anterior.

Paragrafo Único Excluem-se deste limite, os creditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais especificas aprovadas no exercicio.

Artigo 9º As despesas por conta das dotacoes vinculadas a convenios,

operacoes de creditos e outras receitas de realizacao extraordinaria so serao executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 10º Os recursos oriundos de convenios nao previstos no orcamento da Receita, ou o seu excesso, poderao ser utilizados como fontes de recursos para abertura de creditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operacoes especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 11º As receitas de realizacao extraordinaria, oriundas de convenios, operacoes de credito e outras, nao serao consideradas para efeito de apuracao do excesso de arrecadacao para fins de abertura de creditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 12º Durante o exercicio de 2002 o Executivo Municipal podera realizar Operacoes de Credito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Artigo 13º Comprovado o interesse publico municipal e mediante convenio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal podera assumir custeio de competencia de outros entes da Federacao.

Artigo 14º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convenio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou atraves de seus orgaos da administracao direta ou indireta.

Artigo 15º A presente Lei vigorara durante o exercicio de 2002, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposicoes em contrario.

ANGELINA, 31 de dezembro de 2001.

AILTON LAUDELINO ANDRADE
Prefeito Municipal